A(s) Clínica(s) Psicológica(s) e a Diversidade Sexual: alguns apontamentos

Daiane Maus Marques - UFRGS
Henrique Caetano Nardi - UFRGS
Priscila Pavan Detoni – UFRGS

e-mail: daianemaus@gmail.com

A despatologização da homossexualidade é algo recente. Podemos constatar o fato a partir das datas em que alguns grupos que representam o saber médico/psicológico retiram de seus códigos nosográficos a homossexualidade. Em 1973, a Associação Psiquiátrica Americana e, em 1975, a Associação de Psicologia Americana retiram o termo homossexualidade de seu rol de patologias. Já em 1987, a terceira edição do DSM faz a revisão e o CID-10, apenas em 1993, altera a questão. O Conselho Federal de Psicologia Brasileiro, em 1999, regulamenta que os psicólogos não poderão atuar profissionalmente no intuito de patologizar a homossexualidade (MATIAS, 2007). Em 2004, é lançada, no Brasil, a política pública denominada "*Brasil sem Homofobia* - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual" (CONSELHO, 2004). Entretanto, esse conjunto de ações não foi capaz de alterar significativamente uma cultura punitiva que incluía o homossexual nas listas de aberrações e perversões.

Apresentando a pesquisa

O presente trabalho advém de uma de pesquisa em andamento que se encontra na etapa de análise das entrevistas. O objetivo central é compreender como sujeitos que se autodefinem como homossexuais descrevem a prática psicológica de seus(suas) terapeutas no que tange a forma como estes(estas) abordaram na terapia a questão da sexualidade de forma ampla e da orientação sexual em particular?

Primeiramente podemos questionar: que sujeito é este? Optamos pelo termo homossexual no sentido apresentado pelo texto do Programa Brasil sem Homofobia (CONSELHO, 2004) que denomina como indivíduos que têm orientação sexual e afetiva por pessoas do mesmo sexo. O termo "autodefinem" foi utilizado a fim de diminuirmos nosso poder de nomeação no sentido de enquadrar as pessoas a partir de certas características que digam que tipo de orientação sexual se trata.

A questão norteadora nos remete também ao fato de que os sujeitos pesquisados terem sido pacientes, ou seja, já terem encerrado o tratamento psicológico. Não é nossa intenção influenciarmos o percurso terapêutico do sujeito, o que poderia acontecer se o mesmo ainda estivesse em atendimento, uma vez que as relações transferenciais tanto do paciente com o terapeuta, quanto do pesquisado com o pesquisador, principalmente no que diz respeito a uma psicoterapia psicanalítica.

Nossa intenção é pensar a relação da clínica psicológica como integrante do dispositivo da sexualidade na contemporaneidade. A partir dos conceitos foucaultianos de enunciado e formação discursiva, buscamos analisar os relatos das trajetórias de vida de sujeitos homossexuais que já passaram por atendimento psicológico. Este objetivo nos remete a dois conceitos interligados, o de sexualidade (entendida aqui como um dispositivo) e gênero. De acordo com Judith Butler, o gênero é um aparato que produz e normaliza o masculino e o feminino a partir de uma perspectiva heteronormativa. Sendo o gênero uma norma, busca-se implicitamente um padrão que dê os contornos das performances de gênero, as quais obedecem a um regime disciplinar específico.

Surgimento da psicologia

A ciência psicológica tem seu surgimento no final do século XIX. A psicologia, a partir de então é muitas vezes definida como "ciência do comportamento". O teor comportamentalista representa o predomínio histórico das correntes neopositivistas e materialistas no campo psicológico, o que contrapõe a própria palavra, pois etimologicamente psicologia significa *o estudo da alma*. Tal predomínio evidencia-se pelo lugar da Psicologia Científica como um ramo da Biologia e da Fisiologia, derivadas da Física Clássica em que a matéria é o que pode ser estudado. Após a Primeira Guerra Mundial, a Psicologia Científica ganha ainda mais força, a partir da busca de técnicas eficazes e instrumentais, deixando de lado as noções metafísicas, por serem consideradas sem precisão e objetividade (SERBENA e RAFFAELLI, 2003).

> A profissão de psicólogo esteve inicialmente ligada aos problemas de educação e trabalho. O psicólogo 'aplicava testes': para selecionar o 'funcionário certo' para o 'lugar certo', para classificar o escolar numa turma que lhe fosse adequada, para treinar o operário, para programar a aprendizagem, etc. (FIGUEIREDO e SANTI, 2000, p. 85).

Ao lado dessa Psicologia Científica, nasce também a Psicanálise. Na última década do século XIX, Freud propõe os alicerces fundamentais da psicanálise; esboça as noções de "inconsciente, repressão, sexualidade infantil, relação entre sintomas neuróticos e fenômenos da vida psíquica 'normal', diretrizes básicas do pensamento psicanalítico" (LOUREIRO, 2006, p. 376). De acordo com Foucault (2006) a psicanálise emerge na interface do dispositivo da sexualidade com o dispositivo da aliança[1]. No Brasil, a implantação da psicanálise está associada aos representantes do saber médico/psiquiátrico, vinculada às práticas nos hospícios e as ações higienistas da Liga Brasileira de Saúde Mental; há uma substituição da assistência religiosa por um saber 'cientifico'. (RUSSO, 2006; MONTEIRO e JACÓ-VILELA, 2006).

[1] A partir de Foucault (2006) podemos entender que o dispositivo da sexualidade instituiu a sexualidade como a verdade maior sobre o indivíduo, sendo assim o controle foi transposto para os corpos e os prazeres. O autor apresenta também o dispositivo da aliança através do qual se fixavam os parentescos e se transmitiam os nomes e os bens. O dispositivo da aliança ainda está atravessado no social hoje, embora ele tenha dado lugar (em termos de importância) a partir do século XVIII, ao dispositivo da sexualidade.

A psicologia – mesmo que consideremos que existam múltiplas psicologias, usamos o termo de forma generalizada no contexto acima, no sentido da sua apresentação como bloco, como efeito de verdade no social – é freqüentemente entendida a partir do olhar adaptativo que marca seu surgimento, i.e.: adaptar o estudante à escola , o trabalhador a sua função e o menino a brincar de carrinho e a menina de boneca. O paradigma que sustenta esta clínica fica limitado à normalização das pessoas. Muito crítica foi produzida sobre a ação da psicologia, entretanto nossa análise indica que alguns conceitos e padrões ainda estão fortemente incorporados tanto às diversas apresentações da clínica psi.

Alguns pensadores franceses, na década de 1970, abalaram a lógica até então mantida na psicologia. Foucault, Guattari e Deleuze introduzem novas idéias com as quais é possível olhar para a questão a partir de ângulos diferentes. Primeiramente, retomam as idéias de pensadores do século XIX (Nietzsche é um exemplo) ressaltando que o sujeito não é um dado preexistente e que sua natureza não é definida e sim fundada e re-fundada historicamente. Há um descompasso com a psicologia tradicional na qual o sujeito psíquico era tido como algo acabado, imutável, que tinha uma verdade a ser revelada, ou seja, era visto a partir de uma crença substancialista. Em segundo lugar, tais pensadores consideram a psicologia a partir de um resultado do tecido formado pelas relações de poder e saber e composto em função de uma disciplina e do controle dos corpos individuais e coletivos. (ESCÓSSIA e MANGUEIRA, 2005).

A Construção do Dispositivo da Sexualidade

A partir de Foucault (1988), percebemos que o sexo pode ser compreendido em função do dispositivo da sexualidade. A sexualidade pode ser vista como um dispositivo de poder que, utilizando-se de técnicas de controle social, começa a ganhar força a partir do século XVIII. A ação da confissão embasada nas práticas da doutrina católica em que o pecado deve ser vigiado e o sacerdote tem a capacidade de analisar o certo e o errado, é expandida às ciências que começam a se formar, buscando essas também a verdade do sujeito. A sexualidade passou a ser um tema a ser exposto, fazer falar do sexo era uma ferramenta para as disciplinas que surgiram para controlá-lo (a pedagogia, a medicina, o direito, a psicologia). Apesar dessa liberação para se falar de sexo, promovendo talvez uma pseudo idéia de liberação da sexualidade, o discurso produzido ainda era (e é) tido dentro de uma lógica heteronormativa, ou seja, onde se reafirmam um modelo de família e regras que impedem e tornam ininteligíveis e/ou abjetas as sexualidades não-heterossexuais.

Talvez seja interessante prosseguirmos, desconstruindo algumas questões naturalizadas como perguntas do tipo: “Qual o sexo do bebê; é menino ou menina?” “Homem ou mulher?” “Na ficha cadastral é feminino ou masculino?” Questões que nos colocam diante de dois sexos, dois gêneros, uma possibilidade apenas de relacionar as duas variáveis: homem masculino; mulher feminina de acordo com regras que ditam o que é ser feminino e o que é ser masculino.

Se traçássemos uma linha do tempo perceberíamos que os dois sexos são uma invenção muito recente na história da humanidade. A partir de Laqueur (2001), fica claro que o corpo sexuado a partir de uma divisão binária é construído e historicamente datado.

Antes do século XVIII o corpo era uno, a mulher tinha os mesmos órgãos sexuais dos homens, porém invertidos.

> Durante milhares de anos acreditou-se que as mulheres tinham a mesma genitália que os homens, só que – como dizia Nemesius, bispo de Emesa, do século IV – 'a delas fica dentro do corpo e não fora'. Galeano, que no século II d.C. desenvolveu o mais poderoso e exuberante modelo da identidade estrutural, mas não espacial, dos órgãos reprodutivos do homem e da mulher, demonstrava com detalhes que as mulheres eram essencialmente homens, nos quais uma falta de calor vital – de perfeição – resultara na retenção interna das estruturas que no homem são visíveis na parte externa. (LAQUEUR, 2001, p. 16).

A partir dessa afirmação, nos perguntamos – por que e como se construíram dois sexos? – podemos entrar em outra questão, a produção de dois gêneros. De acordo com Butler (2004), o gênero é um aparato que produz e normaliza o masculino e o feminino. Tal norma se naturaliza e é difícil de ser percebida, sendo o gênero uma norma, busca-se implicitamente um padrão que dê os contornos da norma, o gênero requer e institui o seu próprio regime disciplinar. O gênero é condicionado, mas isso não quer dizer que ele seja fadado a ser sempre determinado. A norma não é atemporal. Sendo histórica, a norma se desterritorializa. Ela persiste por ser repetida nas práticas sociais, ou seja, ela é reidealizada, reinstituída a cada dia e, muitas vezes, por essa naturalização, ela acaba sendo instituída tal qual a anterior, mas nunca exatamente da mesma forma, pois existe sempre algo que escapa. Este algo que escapa pode tomar uma dimensão coletiva que permite que as práticas dos indivíduos e dos grupos alterem sua ação.

Considerações sobre algumas entrevistas

Um aspecto recorrente observado na análise das entrevistas até o momento é a idéia de que as entrevistadas/dos se percebem como sujeitos que falharam, reproduzindo enunciados de que os corpos precisam ser normais, habitando corretamente uma determinada norma.

Ao estudarmos o estatuto da diversidade sexual nas clínicas psicológicas, buscamos compreender os jogos de verdade que, na forma de redes enunciativas legitimadas, atravessam as práticas. Cabe lembrar que nem toda fala é um enunciado, torna-se enunciado a expressão que pode ser entendida num certo tempo. A prática discursiva, por sua vez, pode ser entendida como:

> (...) um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram uma dada época e para uma determinada área social as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2007, p.133).

O enunciado é a possibilidade de uma materialidade repetível, sendo assim só é possível se referir a coisas ditas ou escritas. A análise dos enunciados não busca interpretação, nem tenda descobrir o que há de secreto no que é falado. Ao invés de interpretar, pergunta o que significa que tal coisa pôde ter se manifestado naquele lugar e daquela forma. Mas apesar de estar ali, de ser o que é realmente dito, ele não é totalmente visível, faz-se necessário um ajuste no olhar para reconhecê-lo (FOUCAULT, 2007).

A formação discursiva, por sua vez, pode ser entendida como a lei da série dessa materialidade repetível, visto que o discurso pode ser pensado como um conjunto de enunciados que é regido pelo mesmo sistema de formação, o que permite ser possível de pensar os diferentes discursos: econômico, clínico, psiquiátrico. Assim, o discurso também é ao mesmo tempo 'não visível e não oculto' (FOUCAULT, 2007).

O uso da metodologia da trajetória de vida busca analisar uma questão particular no contexto sócio-histórico e entender o funcionamento e a forma que ele se dá a partir de mecanismos, lógicas e processos que o constituem. A idéia é que a partir de tal metodologia seja possível ter acesso a um arquivo do qual serão analisados enunciados e discursos. Nas entrevistas foi utilizada uma questão inicial, a qual é entendida como um filtro na fala do/da entrevistado/a e serviu também como forma de indução do relato: Como a questão da orientação sexual foi abordada durante o tratamento psicológico?

O objetivo da pergunta inicial foi estimular os/as entrevistados/as a relatarem impressões do atendimento psicológico em relação à homossexualidade através da experiência. Durante a conversa outras questões que não surgiram espontaneamente foram feitas, tais como explicitar o motivo da busca por atendimento psicológico; se a terapia teve em algum momento como foco a homossexualidade e, se teve, de que forma foi conduzida; se houve alguma mudança na visão que tem da homossexualidade antes e depois da terapia.

A trajetória de vida não se preocupa com a veracidade do que é dito e sim como é possível falar do lugar em que se fala e da forma que se fala. Como afirma Fischer, o importante é "objetivar mais a identificação do que permite que a narrativa emerja enquanto discurso do que a busca de uma verdade ali contida" (1997, p.13). Sendo assim ao estar ouvindo os/as entrevistados/as – não estamos ouvindo apenas a história de um sujeito, estamos procurando entender de que forma é possível falar da homossexualidade, de que forma foi possível para sua mãe e seu pai falarem disso, de que forma é possível a/o psicóloga/o falar. Quais enunciados aparecem e de qual formação discursiva fazem parte? Quantas formações discursivas estão interseccionadas na forma como nos é contada essa trajetória de vida?

Emerge na fala dos/as entrevistados/as que seus psicólogos/as repetem enunciações que relacionam a conduta sexual dos/as pacientes a algum tipo de abuso sofrido ou também ligar a falhas das figuras materna e/ou paterna. A construção do corpo homossexual para alguns (algumas) psicólogos(as) parece ser inteligível apenas na ordem da falha ou do trauma, aspecto muitas vezes tido por verdade no discurso de algumas psicologias que se construíram no contexto do dispositivo da sexualidade a partir de uma lógica heteronormativa. Podemos evidenciar isso na fala de uma das entrevistadas:

> *Eu fui na terapia e já na primeira sessão ela (a psicóloga) queria me mudar. Daí ela falou que foi por causa do abuso, aí quando o abuso não teve mais jeito ela disse que era a falta da figura materna. Falta da mãe, falta de carinho da mãe, ausência da mãe. Isso a psicóloga me falou, tipo tu não tá trocando um pouco a figura materna da tua mãe e materializando ela em outra pessoa, e que essa pessoa seja uma menina né, no caso essa falta de carinho, esse companheirismo, essa amizade que tu queria ter com ela no caso, tu ta colocando nessa menina.*

> *Aí eu disse não, porque o que eu sinto não são só atrações emocionais, são atrações físicas também. E nunca que eu ia sentir atração física pela minha mãe. Então não tem como, sabe. Mas aí se tu for avaliar eles vão colocar também no caso da violência. Aí ela tentou contornar de tudo quanto foi jeito. Mas o foco era minha homossexualidade. Só da minha homossexualidade que ela queria falar. Foi pra isso que minha mãe marcou a terapia. Aí ela colocava essas opções: mas tu não acha assim que foi por causa que tu bloqueou a figura masculina, mais isso... Aí ela começou a puxar, começou a puxar o assunto no caso da B.* (filha da entrevistada). *Como foi que eu tive ela, puxando por aí. E aí chegou no assunto da sexualidade. Que foi o assunto da sexualidade o mais falado. Parecia que quando eu cheguei lá ela já tinha um questionário pronto. Ela só foi puxando uma maneira de eu falar. Aí ela perguntava se eu tinha visto a guria, conversado com a guria. Perguntava o que eu conversava com ela, aí eu entrava em algum detalhe. Mas era focado. É porque se fosse pela violência sexual pra ser tratada, ela teria até o final do tratamento ter puxado aquilo. Mas não depois que ela viu que eu tinha um namorado, que eu tinha praticamente descartado essa possibilidade que ela tinha me dado, começou a colocar outras. Ah porque foi a figura materna ou por causa disso, disso ou disso. Tu vê que o foco principal era a sexualidade. Ela ia vencer no tratamento se eu chegasse e dissesse pra ela arrumei um namorado, virei hetero. Aquilo ia ser só uma fase momentânea da minha vida e passou. (*Karina, 23 anos).

Um aspecto observado na análise das entrevistas é a tentativa de colocar o sujeito no lugar de alguém que falhou, reproduzindo enunciados de que os corpos precisam ser normais, habitando corretamente uma determinada norma. Percebemos, além dos/as próprios/as psicólogos/as, uma psicopatologização do cotidiano através quem (pai/mãe) procura a terapia para o filho/a (no momento da suspeita da homossexualidade) em busca de alguma falha anterior no desenvolvimento da criança, na idéia de o pai e/ou a mãe terem contribuído para “algo errado” nesse processo.

A forma que os enunciados chegam à clínica, trazidos pelos/as pais/mães de alguns pacientes, encontram rapidamente eco nos enunciados presentes na clínica e que são trazidos no relato dos/as entrevistados/as, ambos fazem parte da mesma formação discursiva, baseada no discurso psiquiátrico/psicológico/psicanalítico que têm a homossexualidade como anormal. Assim o/a paciente acaba ficando imersa nesse contexto, em que ele/ela tem como existir só na perspectiva da anormalidade, não há outro espaço possível. Sobre a homossexualidade como doença Foucault nos coloca:

> “Ora, o aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e ‘hermafroditismo psíquico’ permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de ‘perversidade’; mas também, possibilitou a constituição de um discurso de ‘reação’: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua ‘naturalidade’ e muitas vezes dentro do vocabulário e com categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico.” (FOUCAULT, p. 112, 2006)

Encontramos nos relatos também que, muitas vezes, é a insistência dos pacientes que faz com que o/a psicólogo/a vá buscando outras formas de compreensão da diversidade sexual, entretanto, elas quase sempre ficam presas à lógica heteronormativa ou de normalização da homossexualidade.

REFERÊNCIAS:

BUTLER, Judith. **Undoing Gender.** New York: Routtledge, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – Resolução CFP n° 001/99 de 22 de março de 1999.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília : Ministério da Saúde, 2004.

ESCOSSIA, Liliana da; MANGUEIRA, Maurício. Para uma psicologia clínico-institucional a partir da desnaturalização do sujeito. **Rev. Dep. Psicol.,UFF** [online]. 2005, v. 17, n. 1, pp. 93-101.

FISCHER, Beatriz D. Foucault e histórias de vida: aproximações e que tais. **História da Educação.** ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (1): 5-20, abr. 1997.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. **Psicologia, uma (nova) introdução**: uma visão histórica da psicologia como ciência. 2. ed. São Paulo: EDUCS, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal; 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.** Rio de Janeiro: Relumé-Dumaca, 2001.

LOUREIRO, Inês. **Luzes e Sombras. Freud e o advento da psicanálise.** In JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur A. L.; PORTUGAL, Francisco T. História da Psicologia: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2006. P. 371-386.

MATIAS, Daniel. **Psicologia e orientação sexual: Realidades em transformação**. *Aná. Psicológica*, jan. 2007, vol.25, no.1, p.149-152. ISSN 0870-8231.

RUSSO, Jane A. **O Movimento Psicanalítico Brasileiro.** In JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur A. L.; PORTUGAL, Francisco T. História da Psicologia: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2006. P. 141-158.

MONTEIRO, Denise B. R.; JACÓ-VILELA, Ana M. **Fios, seduções e olhares: os primórdios "psi" nas terapias para corpos e mentes perturbados.** In JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur A. L.; PORTUGAL, Francisco T. História da Psicologia: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2006. P. 141-158.

SERBENA, Carlos Augusto; RAFFAELLI, Rafael. **Psicologia como disciplina científica e discurso sobre a alma:** problemas epistemológicos e ideológicos. Psicol. estud., Maringá, v. 8, n. 1, 2003.